

A MODERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE PSÍQUICA DOS INDIVÍDUOS

Álaba Cristina Pereira¹
Hieda Maria Pagliosa Corona²

RESUMO

O presente artigo – elaborado a partir de uma revisão de literatura – discorre, sob o ponto de vista sociológico, sobre a modernidade, suas complexidades, rupturas e transições. Busca ainda analisar as vivências da sociedade moderna inserida nesse contexto de incertezas e descontinuidades, traçando um panorama sobre o espaço ocupado pelo ser humano no contexto capitalista contemporâneo. O trabalho também investiga o efeito da modernidade sobre a saúde psíquica dos indivíduos, tendo-se constatado que a realidade contemporânea pode propiciar o adoecimento psíquico. Diante dessa percepção, conclui-se que as políticas públicas de saúde não podem mais se ater apenas ao tratamento de doenças mentais, mas devem também priorizar ações de prevenção e promoção na área de saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade; Doença mental; Saúde psíquica.

1 INTRODUÇÃO

“O presente momento da sociedade é marcado por uma considerável crise do pensamento (...).” (RAYNAUT, p.21, 2004).

“Vivemos a passagem de uma sociedade para outra.” (TOURAINÉ, p.265, 1994).

As frases citadas acima evidenciam o contexto atual do século XXI: um momento de crises e de transição. Os tempos são de ruptura com velhos paradigmas e antigos saberes. As mudanças são prementes. O novo impera.

Giddens (1991, p. 11) afirma que estamos no limiar de uma nova era, e Bursztyrn (2001, p.19) exemplifica as mudanças vivenciadas por essa sociedade moderna:

Mudou nosso modo de ver a natureza, agora transformada em meio de produção; mudou nosso padrão de essencialidades materiais; mudou a capacidade destrutiva dos artefatos bélicos; mudou, qualitativa e quantitativamente, o ritmo de degradação ambiental; mudou o caráter da ciência, que fundamenta os avanços tecnológicos, o progresso. Diante de tais transformações, e de um aumento notável nos riscos que corre a humanidade, o momento atual recomenda uma revisão dos paradigmas que movem a busca do progresso.

¹ Psicóloga e advogada. Especialista em Saúde Mental. Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco. E-mail: alabacps@hotmail.com.²

² Professora Doutora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco. E-mail: pagliosa@utfpr.edu.br



Nesse contexto, os constructos da sociedade se dissolvem e a ausência de certezas, citando Hannigan (1995), gera múltiplas controvérsias.

“A oposição entre a velha e a nova modernidade é um choque que abarca e eletrifica todos os campos de ação na sociedade moderna. As revoltas encontram a resistência das rotinas e nelas ficam presas.” (BECK, 1997, p. 59)

Vive-se, portanto, um período de crises: crise existencial, cultural, social, ambiental – possivelmente desencadeadas pelas instabilidades e incertezas dos tempos modernos. No entendimento de Raynaut (2004, p. 22), “muitas certezas estabelecidas sobre a herança do positivismo científico e da utopia do progresso e da modernidade vacilam”.

De acordo com esse mesmo autor, vivemos um momento de renegociação de paradigmas, assim como o vivido pela sociedade durante o período da Renascença:

Talvez se possa dizer que estamos passando por um movimento de revolução intelectual e moral equivalente àquele produzido durante a Renascença, quando os paradigmas que ordenavam a visão do universo e a percepção da posição do ser humano foram modificados ao mesmo tempo pelas descobertas galileiana e copernicana da não centralidade da Terra no universo e pelo descobrimento do Novo Mundo. De repente, as definições e fronteiras bem estabelecidas, sobre as quais a representação do mundo havia sido construída durante séculos, foram desfeitas. (RAYNAUT, 2004, p. 22)

Igualmente, a sociedade contemporânea está passando por momentos de reestruturação em sua percepção acerca de valores sociais, culturais e ambientais, decorrentes da compreensão de que o estilo de vida mantido até o momento traz consigo muitas insatisfações.

Segundo Guimarães (2001, p. 51), “a compreensão adequada da crise pressupõe, portanto, que esta diz respeito ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo”.

A crise evidencia, portanto, as deficiências e limitações do atual sistema, impondo à sociedade a necessidade de uma reflexão sobre seus paradigmas e valores.

Diante desse contexto, o presente artigo propõe-se à realização de uma reflexão sobre determinados aspectos da sociedade moderna e suas implicações sobre a saúde mental dos indivíduos. Para isso, faz-se uma análise dos efeitos da ordem capitalista e das atuais discontinuidades e incertezas sobre a sociedade contemporânea e sobre a saúde do indivíduo. Por último, trabalha-se a evidente



necessidade de que as políticas públicas priorizem ações de prevenção e promoção na área de saúde mental, a fim de fazer frente ao crescente aumento do número de doenças mentais.

2 A MODERNIDADE E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Na sociedade moderna, disseminou-se a ideia de que o progresso, o crescimento econômico e os avanços tecnológicos promoveriam o bem-estar geral da humanidade, elevando os índices de felicidade.

Essa suposta ligação entre crescimento econômico e bem-estar é evidenciada por Bauman (2004, p 86): “A suposta chave para a felicidade de todos, e assim o propósito declarado da política, é o crescimento do produto nacional bruto (PNB). E o PNB é medido pela quantidade de dinheiro gasta por todo mundo em conjunto.”

Portanto, na sociedade capitalista da modernidade entende-se que, se houver crescimento econômico e circulação monetária, está ocorrendo progresso. Criou-se a concepção de que riqueza gera felicidade.

Porém, o que se percebe é que o progresso e o crescimento econômico não geraram os objetivos previstos. Pelo contrário, “ao mesmo tempo que os índices macroeconômicos melhoram, assistimos à deterioração dos indicadores que medem evoluções qualitativas entre setores, territórios e pessoas.” (GUIMARÃES, 2001, p. 49)

O progresso e o crescimento econômico propiciaram avanços tecnológicos capazes de gerar conforto e bem-estar inimagináveis aos nossos antepassados. Como resultado, fomos seduzidos pela ideia de que poderíamos obter prazer através do consumo de bens. Surgiu, então, uma nova cultura de consumo.

E tem-se “uma sociedade de consumo que se consome em um presente cada vez mais breve, indiferente aos estragos causados pelo progresso na sociedade e na natureza.” (TOURAINÉ, 1994, p.213)

Nas palavras de Guimarães (2001, p. 68):

O afã do crescimento ilimitado baseado na crença do desenvolvimento tecnológico, igualmente ilimitado, só é capaz de produzir a alienação dos seres humanos, transformando-os em robôs que buscam incessantemente a satisfação de necessidades que têm sempre menos relação com as necessidades de sobrevivência e de crescimento espiritual. Embora tenhamos sido levados a crer cegamente que quanto mais nos



transformemos de cidadãos em consumidores mais nos aproximaremos da liberdade e da felicidade, a verdade é que nos tornamos humanos durante o percurso.

Portanto, a cultura moderna promove um culto ao consumo ao disseminar a concepção de que a aquisição de bens materiais traz felicidade e bem-estar. Sob a ótica do capitalismo, vive-se uma cultura do Ter, que aprisiona o indivíduo na ideia de que é preciso trabalhar cada vez mais para poder comprar a felicidade que o mercado lhe oferece sob a roupagem tangível de bens de consumo.

E para que esse sistema se mantenha, procura-se gerar nas pessoas “necessidades” (leia-se desejos) que ultrapassam, e muito, as necessidades reais de sobrevivência.

Vivemos a fase do “consumo, ergo sou”, citada por Guimarães (2001, p.68). Logo, a identidade psíquica do indivíduo está intimamente ligada ao lugar que ele ocupa na hierarquia capitalista e ao seu poder aquisitivo. Quanto mais ele for capaz de consumir, mais valorizado e respeitado será por seus pares. E para poder comprar mais e mais, as pessoas precisam trabalhar cada vez mais, o que cria um círculo vicioso que funciona como motor do sistema capitalista.

De acordo com Guimarães (2001, p. 54), a modernidade contemporânea é a do consumidor, pois vive-se um período de

(...) verdadeira revolução dos padrões de produção e de consumo. Esta revolução desconectou-nos, um pouco, de nossas necessidades biológicas, tornou-nos mais alienados de nós mesmos e do respeito aos nossos sócios da natureza, deixou-nos mais premidos pelo de quantidades crescentes de recursos de poder para garantir a incorporação (e destruição) de ambientes extranacionais capazes de garantir a satisfação dos padrões atuais (insustentáveis) de consumo.

E essa alienação promovida por padrões elevados de consumo também é retratada por Touraine (p.248, 1994), o qual afirma que vivemos “em uma sociedade de massa onde uma parte crescente dos comportamentos é comandada por centros de decisão capazes de prever os gostos, as demandas, as compras da população (...)”.

A alienação produzida no indivíduo pelo sistema capitalista foi descrita também por Marx, citado por Guimarães (2001, p. 68):

(...) quanto menos você for e quanto menos expressar a sua vida, tanto mais você terá e mais alienada será a sua vida. [...] tudo que lhe é tirado pelo economista sob a forma de vida e humanidade, tudo lhe será devolvido por ele sob a forma de dinheiro e riqueza.



Sendo a alienação o estado da pessoa que, tendo sido criada em condições sociais específicas, submete-se cegamente aos valores e instituições dadas e perde a capacidade de questionar esses elementos, compreende-se por que ela é tão perigosa e por que autores como Marx se preocupavam tanto com ela.

Do ponto de vista psicossocial, seus efeitos são desastrosos, pois a imersão em uma cultura capitalista molda indivíduos incapazes de contestar os valores vigentes, levando-os a acreditar que existe uma única forma correta de viver, qual seja, a idealizada pelo sistema dominante.

É a “dominação que se exerce sobre os corpos e as almas”, de que nos fala Touraine (1994, p. 261).

E ainda, essa modernidade caracterizada pelo consumo produz alterações também nos valores sociais, contribuindo para a emergência de uma cultura mercantilista que relaciona coisas e pessoas ao seu valor econômico:

Desgraçadamente, em função da rapidez da modernidade atual, a economia deixou de estudar os meios para o bem-estar do ser humano e se transformou em um fim em si mesma, uma ciência na qual tudo o que não valor monetário e tudo a respeito de que não se pode estabelecer um preço não tem valor. (GUIMARÃES, 2001, p. 65)

Nesse contexto, Touraine (1994, p. 265) alerta para a redução do ser humano a nada mais que um consumidor, um recurso humano ou um alvo, cujas necessidades são transformadas em demandas mercantis.

O mesmo autor (1994, p. 240-241) afirma que, na sociedade contemporânea, o consumo pessoal ocupa um lugar central e uma parte crescente do orçamento doméstico é destinada à aquisição de bens e de serviços repletos de significado cultural: lazer, informação, educação, saúde, moda etc.

No entanto, é preciso observar que todo esse consumo capaz de gerar conforto e satisfação, traz também consigo custos que afetam o indivíduo em sua essência, além de custos sociais e ambientais.

No entendimento de Touraine (1994, p. 233):

Pois o que chamamos de sociedade de consumo não é um sistema técnico ou econômico, é a construção da realidade social segundo um modelo oposto ao do sujeito, que destrói este substituindo o sentido pelo sinal, a profundidade da vida psicológica pela superfície do objeto (...). Somente o apelo ao sujeito permite reconstruir o que a sociedade de consumo decompõe. (...) Isso não leva a rejeitar de maneira hipócrita os bens de consumo que todos desejam, mas a tomar bastante distância com relação a eles para devolver ao indivíduo a consistência e a duração de um sujeito, enquanto que ele se dissolve na instantaneidade do consumo.



A esse efeito nefasto sobre o indivíduo, some-se também o resultado social da economia moderna – destacado por Guimarães (2001, p. 47), qual seja, ser uma produtora de profundas assimetrias sociais.

Citando Sachs (1994, p. 50): “a dualização das sociedades contemporâneas, com os fenômenos de exclusão social que a caracterizam é uma tendência universal, afetando não só o terceiro mundo, como também os Estados Unidos e outros países industrializados”.

Esses efeitos desastrosos da modernidade, por vezes, geram indagações e questionamentos na sociedade, a qual constantemente se vê diante das benesses e dos problemas trazidos pela modernidade e pelo progresso. Não há como se manter alheio ao fato de que a mesma modernidade que gera riqueza e consumo, também gera miséria, desigualdade social e degradação ambiental.

Interessante observar que os fundadores clássicos da Sociologia, Durkheim, Marx e Weber, citados por Giddens (1991, p. 16), previram que a era moderna seria turbulenta e traria consigo alguns custos degradantes para o trabalhador submetido à disciplina de um labor maçante e repetitivo. Porém, não atentaram para o fato de que o consumo também teria um grande potencial destrutivo em relação ao meio-ambiente.

Sobre a crise ecológica, Beck (1997, p. 67) coloca que:

A questão ecológica – a percepção do mundo no sistema coordenado do auto-risco ecológico-industrial – transformou a moralidade, a religião, o fundamentalismo, a desesperança, a tragédia, o suicídio e a morte – sempre interligados com o oposto, salvação ou esperança – em um drama universal.

A crise ecológica, conjugada à crise de valores existenciais, sociais e culturais, atualmente vivenciadas pela sociedade, leva o ser humano a repensar sua relação com a natureza e seu estilo de vida fortemente baseado no consumo.

De acordo com Guimarães (2001, p. 44), ao se preocupar com o meio ambiente, a sociedade é obrigada a questionar profundamente a atual modernidade, o que leva ao surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento.

Esse panorama de degradação ambiental decorrente dos atuais padrões de consumo envolve, além de custos sócio-ambientais observáveis, riscos não perceptíveis à grande parte da sociedade, caracterizando, assim, a chamada Sociedade de Risco, de Ulrich Beck – calcada na ideia de que os riscos são inerentes às novas práticas sociais e industriais.



Portanto, a modernidade, em todo o seu alcance, traz consigo riscos, incertezas e inseguranças no que tange às possíveis consequências do estilo de vida atual sobre a própria sociedade e sobre o meio ambiente.

Interessante ainda notar que a submissão aos riscos geralmente não decorre de uma decisão voluntária por parte das pessoas, mas sim de um imperativo de sobrevivência, haja vista que “o processo de construção, por parte da população, do que ela entende por “intolerável” e “arriscado” é constrangido pelas condições impostas pelos grandes detentores da capacidade de investir.” (GUIMARÃES, 2001, p. 137)

Sobre essa necessidade de sujeição aos riscos em prol de uma renda, o mesmo autor coloca que

(...) o capital aprisiona parcelas importantes da população local no interior dessa “alternativa” de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo, mesmo à custa da submissão a riscos ambientais e sociais acrescidos, ou não ter nenhuma fonte de renda apropriada. (GUIMARÃES, 2001, p. 137)

E, na sociedade moderna, não ter uma fonte de renda apropriada significa estar à margem do sistema, não só por questões de carência financeira, mas também por questões subjetivas e sociais. Pois há que se reconhecer que os valores capitalistas criam uma cultura que confunde a identidade pessoal e a profissional, fato evidenciado pelos indivíduos quando, ao falar sobre sua ocupação profissional, geralmente dizem “eu sou” (motorista, médico, pedreiro...).

Essa fusão do ego individual com a profissão exercida pelo sujeito tem uma implicação desastrosa nas situações de desemprego, pois nesses casos em que a pessoa não está ocupando um lugar na hierarquia capitalista, ela deixa de “ser”, por dois motivos: por ter seu potencial de consumo reduzido e por não ter uma ocupação que lhe defina.

Percebe-se, portanto, que viver essa modernidade limita as alternativas de escolha do indivíduo quanto ao estilo de vida, muitas vezes exigindo que ele se submeta a situações adversas para continuar fazendo parte do sistema capitalista e poder viver – ou sobreviver.

Some-se a essa opressão capitalista a necessidade atual dos indivíduos lidarem com as intensas discontinuidades entre os tipos tradicionais de ordem social e os modos de vida produzidos pela modernidade.



Giddens (1991, p. 14) afirma que as mudanças ocorridas nos últimos tempos “foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las”.

A modernidade tem exigido bastante do indivíduo.

E mais, partindo do princípio de que as transformações – sejam elas quais forem – geram estranheza, exigindo um certo lapso temporal para serem elaboradas pelo indivíduo, é compreensível que as discontinuidades da atualidade causem desconforto, uma vez que “a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema”, conforme destaca Giddens (1991, p. 15).

Esse dinamismo da modernidade também abrange as situações de desencaixe dos sistemas sociais, vinculadas à separação do tempo e do espaço e à ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais, conforme o entendimento de Giddens (1991, p. 25).

Portanto, a vida na era da modernidade exige também que os indivíduos aprendam se relacionar nos moldes do desencaixe dos sistemas sociais, qual seja, um novo padrão de inter-relação decorrente do “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (GIDDENS, 1991, p. 29)

A internet, as redes sociais, o celular e tantos outros meios modernos de comunicação introduzem novas formas de convivência social, permitindo que as pessoas se relacionem independentemente de sua distância espacial. Essa possibilidade traça novos contornos sociais e permite rearranjos relacionais até pouco tempo atrás inconcebíveis. E ainda, esse desencaixe implica novas definições sociológicas sobre relacionamentos e até mesmo sobre a solidão no mundo moderno.

A modernidade traz consigo novas formas de ser e conviver, forçando o indivíduo a uma reorientação cognitiva capaz de promover sua adaptação a esse novo modo de vida.

A ausência de certezas, os novos paradigmas, o progresso tecnocientífico, as imposições do sistema capitalista, o ritmo acelerado das mudanças e os novos contornos sociais afetam o psiquismo humano, pois “é impossível separar o indivíduo da sua situação social.” (TOURAINE, p. 1994, p. 248)



É o “lado sombrio da modernidade” (GIDDENS,1991, p. 16) que, irremediavelmente, lança seus efeitos sobre o ser humano, levando-o a repensar sua crença de que o progresso traria uma ordem social mais feliz e mais segura.

Enfim, todo esse contexto de avanços e conquistas que proporcionam conforto, segurança e bem-estar de forma socialmente assimétrica, e que, ao mesmo tempo geram riscos, insatisfações e incertezas, produz um efeito sobre as pessoas. A turbulência da era moderna, prevista pelos fundadores da Sociologia, gera também a crise do indivíduo.

E essa crise se manifesta sob a forma de autorreflexão, de múltiplas indagações e incontáveis questionamentos, ao ponto de se entender que “uma das características centrais da sociedade moderna é a sua autorreflexividade, sinaliza Giddens. Esta é a única sociedade que tem a obsessão de pensar sobre si mesma. De se interrogar constantemente.” (NASCIMENTO, 1991, p, 95)

Além disso, o contexto de descontinuidades e desencaixes gera ansiedade e angústia no homem moderno, conforme nos mostra Beck (1997, p.61):

As questões filosóficas do existencialismo, por exemplo, tornam-se parte da vida cotidiana; são quase questões candentes. A preocupação de Soren Kierkegaard com a ansiedade como o outro lado da liberdade, por exemplo, ou as questões de quem define e decide sobre a vida e a morte, e de que maneira, levam todos forçosamente à angústia de ter de tomar uma decisão e se tornam questões que a todos afligem.

Lamentável admitir, portanto, que a modernidade trouxe consigo, além do progresso e das grandes invenções que facilitam nosso dia-a-dia, uma gama de transtornos – as conhecidas doenças da modernidade.

Um paradoxo sem dúvida difícil de entender: a mesma modernidade que gerou avanços espetaculares na medicina e permitiu a cura de muitas doenças e a erradicação de tantas outras, promove um estilo de vida potencialmente perigoso do ponto de vista da saúde.

3. A MODERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL

Todo o conjunto acima traçado sobre descontinuidades e transições da era moderna cria uma realidade incerta e instável, propícia ao adoecimento psíquico.

A incidência de transtornos mentais cresce a cada dia, assim como também aumenta o número de novas doenças mentais geradas de alguma forma pela modernidade. Exemplo disso são certas doenças mentais ligadas de alguma forma



ao uso indevido ou excessivo da internet, que não constavam no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) de 1994 e que, de acordo com especulações, constarão no novo Manual a ser publicado em 2013.

Porém, independente de possíveis novas classificações sobre transtornos mentais oriundos da vida moderna, a realidade atual já aponta para um alto número de casos de doenças mentais que se tornaram muito comuns nos últimos tempos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, até 2020, a depressão será a 2ª principal causa de incapacidade para o trabalho – prognóstico alarmante, tanto do ponto de vista da saúde pública, como do sistema previdenciário e financeiro, haja vista os altos custos com tratamento e afastamentos do trabalho. Somem-se a isso os altíssimos custos subjetivos, emocionais, familiares e sociais agregados à doença.

Dados do Ministério da Saúde, obtidos no site da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná (2012), evidenciam a gravidade da situação: 12% da população necessitam de algum atendimento em saúde mental, seja ele contínuo ou eventual; 6% da população apresentam transtornos psiquiátricos graves decorrentes do uso de álcool e outras drogas; 3% da população geral sofrem de transtornos mentais severos e persistentes.

De acordo com Adamoli e Azevedo (2009),

As estimativas iniciais indicam que, atualmente, cerca de 450 milhões de pessoas sofrem transtornos mentais ou neurobiológicos ou, então, problemas psicossociais como os relacionados com o abuso do álcool e das drogas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os transtornos mentais já representam quatro das dez principais causas de incapacitação em todo o mundo e esse crescente ônus vem a representar um custo enorme em termos de sofrimento humano, incapacidade e prejuízos econômicos.

E esse crescente aumento dos casos de transtornos mentais muitas vezes apresenta ligação com o modo de vida moderno – inegavelmente conturbado, incerto e instável. E sem desmerecer, de forma alguma, o papel do componente genético na deflagração das doenças mentais, é preciso reconhecer que “o mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso” (GIDDENS, 1991, p. 19), muito propício ao adoecimento psíquico.

Confirmando a relação da modernidade com alguns tipos de doenças mentais, há a colocação de Figueiró et al (2005, p.115): “Como podemos ver, as tensões da vida moderna desempenham um papel importante como causa de



diversos níveis de comprometimento do organismo, de inúmeros transtornos mentais e conflitos sociais.”

Frente a essa ligação entre modernidade e adoecimento, e também diante do fato de que as doenças psíquicas prejudicam não apenas o doente, mas afetam – ainda que indiretamente – toda a coletividade, faz-se urgente a necessidade de que o próprio Estado atue de forma ativa na área da saúde mental.

E confirmando a ideia de que a saúde mental é uma área que demanda atenção no momento, há o parecer de Jardim (2009):

Os sofrimentos psíquicos, por suas magnitudes e impactos, têm se constituído como um dos principais problemas de saúde pública no mundo, implicando em sofrimento individual, familiar e social. Frente a este contexto, são crescentes a preocupação e as discussões acerca dos saberes e fazeres em saúde mental (...).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, não existe definição "oficial" de saúde mental, pois diferenças culturais, julgamentos subjetivos e teorias relacionadas concorrentes afetam o modo como a saúde mental é conceituada. Sendo assim, saúde mental é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional e pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. E ainda, admite-se que o conceito de Saúde Mental é mais amplo que a ausência de transtornos mentais.

E quando se pensa em saúde mental, há que se atentar para a ideia de que os novos saberes e fazeres não podem se restringir apenas ao tratamento das doenças mentais, mas devem também priorizar a prevenção de agravos e a promoção de saúde psíquica.

Isso significa que as políticas públicas não poderão mais se ater apenas ao tratamento, mas precisarão também criar novas formas de enfrentamento que possibilitem às pessoas lidar com toda a complexidade da vida contemporânea sem adoecer.

A necessidade de estratégias alternativas é evidenciada por Mângia e Muramoto (2006), quando afirmam que o processo da reforma psiquiátrica passa por um momento importante de estruturação e consolidação, o qual exige respostas inovadoras e criativas de seus dirigentes, a fim de que a nova Política de Saúde Mental possa romper com a cultura manicomial.

Sintetizando as ideias expostas, Oliveira (2006, p.09) ressalta:



É neste sentido que não basta abrir Centros de Atenção Psicossocial (Caps). São necessárias muitas outras estratégias e dispositivos. É preciso criar residências para usuários, onde as pessoas que não tem mais famílias, ou que, por uma série de razões não podem morar com elas, possam organizar as suas vidas e os seus projetos; é preciso criar centros de convivência, onde as pessoas possam experimentar trocas sociais, elaborar e realizar sonhos e projetos em conjunto (...); é preciso criar clubes com a participação dos usuários, dos técnicos e familiares; e, da mesma forma, criar cooperativas de trabalho e projetos de geração de renda; criar times de futebol, bandas de música, grupos de teatro, associações, enfim, há um grande número de possibilidades a serem descobertas (...).

Portanto, nota-se a evidente necessidade de novos rumos na área de saúde mental, que valorizem a subjetividade e a socialização, pois, embora as políticas de tratamento sejam indispensáveis, o Governo precisa também idealizar novas diretrizes em termos de prevenção e promoção, partindo do princípio de que o processo de geração de saúde mental é complexo, lento e continuado.

Nesse sentido, Gonçalves (2008, p. 34) coloca que “(...) um trabalho de saúde mental na comunidade, visando à promoção, prevenção e o tratamento dos casos de doença mental grave, precisa apoiar-se num conjunto de ações que visem o melhoramento ou a manutenção da saúde da população”.

E esse conjunto de ações abrange não só políticas governamentais específicas (como moradia e geração de emprego, por exemplo), mas também envolve um processo de informação e educação da população, no sentido de promover o seu empoderamento e o fortalecimento dos seus vínculos sociais – fatores importantíssimos para a saúde psíquica.

De acordo com Rocha (2007, p. 90), “(...) em se tratando de saúde mental, a questão da prevenção é extremamente complexa. Não há uma “vacina” que garanta imunidade aos transtornos mentais”.

Essa característica específica – e óbvia – de que não se previne doenças psíquicas e nem se promove saúde mental por meio de campanhas de vacinação deve nortear as diretrizes públicas. Ao contrário de tantas doenças, que se previnem ou que foram até mesmo erradicadas através de campanhas sanitárias, o campo da saúde mental é muito complexo, exigindo investimentos multidisciplinares e a longo prazo.

Assim, num sentido mais amplo, uma das tantas estratégias de prevenção e promoção na área de saúde mental seria a educação, como destaca Carneiro (2010):



A fim de cumprir esses propósitos e entendendo a educação como uma ação social intencional, através da qual se promovem as aprendizagens que contribuirão para a realização de um determinado projeto de sociedade, propõe-se aqui a educação popular em saúde como estratégia potencializadora a fim de fazer pensar, problematizar e construir novas práticas sobre o tema da Saúde Mental.

Também enfatizando a possibilidade de um trabalho de prevenção e de promoção de saúde alicerçado no processo educativo, há a contribuição de Figueiró et al (2005, p.120):

Os ingredientes do stress e da má saúde mental são uma combinação dos eventos da vida com a incapacidade de lidar com as exigências. A maior parte das pessoas que sofre de stress ou tem problemas emocionais não está doente do ponto de vista da medicina. O que acontece é que essas pessoas incorporaram padrões de comportamento autodestrutivo e estratégias vitais ineficazes. Da mesma maneira que aprendemos a pensar e agir de modo a provocar stress, podemos reeducar-nos a aprender novos comportamentos e modos de pensar. Certas maneiras de pensar e agir levam a uma boa saúde mental e à realização pessoal, da mesma forma que outras predisõem ao stress e à infelicidade.

Sendo assim, é imprescindível a adoção de novos caminhos na área da saúde pública, principalmente no sentido de promover uma educação para a saúde mental, capacitando o indivíduo a lidar com todas as pressões e complexidades de era moderna sem adoecer psicologicamente.

E mais, é preciso também que as políticas públicas, de alguma forma, gerem reflexões sociais, no sentido de que os valores capitalistas da modernidade sejam questionados pelos indivíduos. Só assim, com a sociedade refletindo sobre seus paradigmas e sobre as implicações humanas e os custos sociais do “progresso a qualquer custo” é que se lançam as bases para que a nova era, que já está se desenhando, seja mais satisfatória.

Para isso, é imprescindível que o indivíduo deixe de ser apenas sujeito e se transforme em sujeito ator, por meio de um complexo processo de educação e desalienação, conforme entendimento de Touraine (1994, p. 220):

O indivíduo não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência. O Sujeito é a passagem do Id ao Eu, o controle exercido sobre o vivido para que tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator que se insere nas relações sociais transformando-as, mas sem jamais indentificar-se completamente com nenhum grupo, com nenhuma coletividade. Por que o ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais.



É necessário, portanto, que os indivíduos se tornem protagonistas do meio social em que vivem, não apenas participando formalmente das teias sociais e desempenhando papéis previamente estabelecidos, mas, principalmente, questionando valores vigentes e colaborando para a construção de uma sociedade mais saudável e menos propícia ao adoecimento psíquico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a modernidade traz consigo crises e rupturas que, inevitavelmente, forçam o ser humano a uma reorientação cognitiva capaz de elaborar e lidar com toda essa complexidade. Ademais, a realidade, tal como ela se apresenta em termos de descontinuidades, incertezas e insatisfações, favorece o adoecimento psíquico, de forma que os governos precisam ater-se à questão da saúde mental.

As estatísticas de doenças mentas apontam para a necessidade de se adotar novos caminhos na área da saúde pública, principalmente no sentido de promover uma educação para a saúde mental.

Em última análise – e para o arrepio das concepções tradicionais – talvez sejam necessárias políticas públicas que ensinem as pessoas a serem psicologicamente mais saudáveis e felizes. Para isso, será preciso promover uma metamorfose valorativa e cultural, no sentido de se repensar a concepção capitalista de que a felicidade está necessariamente relacionada ao poder aquisitivo e ao consumo.

Será necessária uma inversão de valores, de modo que se valorize o ser em detrimento do ter. De fato, e para o bem do próprio ser humano, os paradigmas da modernidade realmente precisam mudar.

REFERÊNCIAS

ADAMOLI, Angélica Nickel and AZEVEDO, Mario Renato. **Padrões de atividade física de pessoas com transtornos mentais e de comportamento.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 243-251. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000100030>.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BECK, U; GIDDENS; A; SCOTT, L. **Modernização Reflexiva.** São Paulo: UNESP, 1997.



BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

CARNEIRO, Allan da Cunha et al . **Educação popular em Saúde Mental: relato de uma experiência**. São Paulo, v. 19, n. 2, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000200021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2011.

FIGUEIRÓ, J.A.B; ANGELOTTI, G.; PIMENTA, C.A.M. **Dor e Saúde Mental**. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Lilian. **Integralidade e Saúde Mental**. São Paulo: Editora Minelli, 2008.

GUIMARÃES, R. “A ética da sustentabilidade ea formulação de políticas de desenvolvimento.” In: VIANA, G; SILVA, Marina; DINIZ, N. (orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. (p. 43 a 68)

HANNIGAN, J. **A sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

JARDIM, Vanda Maria da Rosa et al . **Avaliação da política de saúde mental a partir dos projetos terapêuticos de Centros de Atenção Psicossocial**. Florianópolis, v. 18, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2011.

MÂNGIA, Elizabete Ferreira; MURAMOTO, Melissa. Integralidade e construção de novas profissões no contexto dos serviços substitutivos de saúde mental. **Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 3, p. 115-122, set./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rto/v17n3/04.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2011.

OLIVEIRA, Alice G. Bottaro; Vieira, Marcos A. Moura, Andrade, Socorro de Maria R. **Saúde mental na saúde da família: subsídios para o trabalho assistencial**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

PARANÁ. **Secretaria Estadual de Saúde. SPP/DVSAM – Saúde Mental**. Disponível em: <<http://www.sesa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=589>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 21-32, jul/dez. 2004.

Revista Super Interessante. Nº 286/ Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saude/novo-manual-loucura-614505.shtml>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

Revista Profissão Mestre. Disponível em: <<http://www.profissaomestre.com.br/view/action/visualizarMateria.php?cod=1687>>. Acesso em 10 mai. 2012.



ROCHA, Ruth Mylius. **Enfermagem em saúde mental**. 2ª ed., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. N° 1, Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial**, 27 de junho a 1 de julho de 2010. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010, 210 p. Disponível em: < http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2011_2_1_relatorio_IV.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

